

## LAZER E CIDADE: UM OLHAR SOBRE BELO HORIZONTE (1894 – 1920)

**Kellen Nogueira Vilhena**

Especialista em Lazer - CELAR/UFMG e Mestranda em Educação - FAE/UFMG, discente do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação

### RESUMO

*Este trabalho refere-se ao projeto de pesquisa apresentado ao programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, no qual o foco central são as práticas de lazer em Belo Horizonte (1894-1920) e as relações com elas estabelecidas pelos diferentes sujeitos sociais no espaço urbano. Para tanto, a metodologia utilizada nessa pesquisa histórica abrangerá as fontes documentais (oficiais e não-oficiais) e iconográficas, além da consulta à literatura existente. Neste cenário, espaços, tempos e sujeitos se imbricam, desenvolvem relações de conformações e tensões, formas diversas de apropriação das práticas sócio-culturais, novas (e velhas) maneiras de ser e estar nessa cidade.*

### ABSTRACT

*This work refers to the research project showed to the Education College post-graduation curriculum, in which the central focus are the leisure activities in Belo Horizonte (1894-1920) and the relations established by them to the different social individuals in the urban space. So, the methodology to this historical research will include documentary (official and non-official) and iconographic sources, besides the consulting to the previous literature. In this scenery, the spaces, times and people develop a relationship of conformity and tension, diverse ways of appropriation of the socio-cultural pratics, new (and old) ways to live in this city.*

### RESUMEN

*Este trabajo se refiere al proyecto de investigación presentado al programa de posgraduación de la facultad de educación, cuyo tema central son las prácticas recreativas en Belo Horizonte (1894-1920) y las relaciones establecidas en el espacio urbano con los diferentes sujetos sociales. La metodología utilizada en esta investigación histórica abordará fuentes documentarias (oficiales y no oficiales), iconográficas y consulta de la literatura existente. En este escenario, espacios, tiempos y sujetos se entrelazan, desarrollan relaciones de conformaciones y tensiones, diversas formas de apropiación de las prácticas socioculturales, nuevas (y viejas) formas de ser y estar en esa ciudad.*

### INTRODUÇÃO

Já na década de 90, Veiga (1996, p. 50) nos chamava a atenção para a pesquisa histórica, ao dizer que: “nos últimos anos, produzir fontes, dialogar com o vivido, problematizar as diferentes experiências humanas no tempo vem ocupando um lugar significativo nos cursos de pós-graduação em Educação”. No entanto, algumas perguntas ficam no ar. O que buscamos nestas pesquisas? Que olhares temos lançado sobre estes temas? Que respostas temos encontrado e que tratamento temos dado a elas?

Nesse sentido, tais questões nos impulsionam à investigação, ao questionamento, à interpretação. É necessário conhecer os tempos, os espaços e, especialmente, as suas apropriações e seus significados, pelos sujeitos que neles representaram.

Essa tríade homem-tempo- espaço, exposta por Barros (2006) pressupõe estreita conexão entre esses elementos que podem parecer estanques, mas estão intimamente ligados. Para ele, é objeto da história, “as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um período de tempo” (p. 461), mas para além do “homem” no “tempo”, deve-se ampliar o conceito da história como “Estudo do Homem no Tempo e no Espaço” (p. 462).

Rodrigues (2006, p. 16), explorando o termo “cultura urbana” para definir essa relação dos sujeitos no espaço citadino, salienta que:

“falar de cultura urbana é falar do repertório de elementos que mediam e dão determinadas cargas de valores às relações na cidade – código, símbolos ou mesmo imaginários – que lhes são próprios e explicam atitudes e comportamentos humanos.”

Na presente proposta de estudo, o espaço é cidade, a nova Capital do Estado de Minas Gerais, concebida a partir de novos pressupostos políticos e ideológicos, marcados pelo advento da República no Brasil e por transformações dos “tempos modernos” que se sedimentavam no mundo. O tempo tem um recorte, que abrange o período em que a capital se constituía. Inicialmente demarcamos o período referente ao seu planejamento, e finalmente, demarcamos um período no qual a cidade ainda buscava sua afirmação, baseada em aspectos que referenciam seu planejamento e construção. E o humano, homens e mulheres, que influenciam e são influenciados por esse novo paradigma de sociedade, estão no meio desse turbilhão, e expressam essas tensões sob variadas formas, focadas aqui, por meio das práticas de lazer que se constituíam nessa cidade, ora prescritas e autorizadas, ora reprimidas e praticadas como forma de subversão à ordem existente, buscando fazê-las emergir da relação espaço-tempo e cidade-cidadão.

Ressalta Veiga (1998, p. 172), que nas reformas urbanas da modernidade:

“a organização das cidades [...], as discussões em torno de uma nova pedagogia, se estruturaram enquanto saberes voltados para a formação de sujeitos civilizados, imbuídos de habilidades especiais para uma vida urbana a ser delineada”.

Ao se planejar tão minuciosamente uma cidade com tal relevância, capaz de materializar valores tão fortes da modernidade e civilidade, pode-se perceber que o aspecto do lazer também foi pensado, uma vez que a mudança não se restringia aos aspectos arquitetônicos, e sim, uma alteração da ordem social.

Sennet (1997, p. 260) nos alerta para uma outra face desse fenômeno: “é óbvio que primeiras impressões sobre lugares tranquilos e povos felizes são enganosas... e frequentemente preferíveis. De qualquer forma, apesar de falsas, elas nos instruem.” Essa afirmativa, aliada ao discurso comumente veiculado sobre a Capital mineira, como cidade que nasceu moderna, planejada e inovadora para seu tempo, me provocaram sobremaneira impulsionando-me ao meu objeto de estudo.

O lazer, ou melhor, uma dada concepção de lazer, é um elemento do projeto. Nessa cidade que pretende conformar tudo e todos pelo traçado, as práticas de lazer também são formas de conformar, dar uma nova e desejada forma ao lazer dos desejados habitantes da Capital, mas também de resistir, de subverter. E são essas práticas, em conformidade ou não, e sua tensa relação com esse modelo moderno e republicano na formação do referencial de civilidade moderna que objetivo conhecer e analisar.

As respostas a essas reflexões podem metodologicamente ser elucidadas sob o prisma de variadas fontes. Para Pesavento (2005, p. 98), na acepção íntima do termo, fonte quer dizer “nascente, aquilo que origina ou produz, o que no caso da História, propicia uma resposta, uma explicação e uma interpretação”.

A pesquisa documental será uma das fontes utilizadas nesse estudo, abrangendo assim documentos oficiais, relatórios de prefeito, posturas municipais, notas de revistas e jornais, arquivos públicos e pessoais; além da pesquisa iconográfica, que por meio de imagens, traduzem de forma sutil o estilo de vida de uma época, os comportamentos e práticas mais comuns, a arquitetura. São fotografias, mapas, plantas, e projetos arquitetônicos que podem revelar mais um olhar sobre essa cidade e seus sujeitos.

## **LAZER E CIDADE**

Não obstante o enfoque central deste trabalho não seja especificamente o espaço urbano, é nesse palco que se desenvolvem as diferentes formas de apropriação e as tensões que permeiam as práticas de lazer. Pode parecer trivial que tudo o que fazemos socialmente não esteja dissociado dos lugares onde acontecem, no entanto, como destaca Holanda (1985, p.125) “determinadas configurações físicas e determinadas maneiras de categorização espacial também são fortemente responsáveis pela apropriação dos espaços.”

Se em outros tempos, o brincar e o trabalhar conviviam com o ambiente familiar e o espaço da casa e seu entorno, na modernidade, como pontua Marcellino (2006), os tempos e as atividades são bem demarcados, figurando a cidade como lócus da vida pública, um equipamento de equipamento de lazer por excelência.

A divisão técnica do trabalho fabril se transpôs para a divisão social no espaço urbano, e nesse sentido estendeu sua lógica produtiva ao espaço cultural, o que incide marcadamente nas formas de apropriação desses espaços e nos tempos a ela dedicados, assim como outras instâncias da vida social. Dessa forma, além da setorialização dos espaços e das atividades, o tempo também obedece aos seus precedentes, constituindo um imaginário do quê fazer e quando fazer.

Com a redução da jornada e o conseqüente aumento do tempo livre, os usos desse tempo passaram a figurar como preocupação de setores hegemônicos da economia. A partir dessa preocupação, duas estratégias foram utilizadas: uma delas se refere à desqualificação de práticas de lazer comuns à classe trabalhadora, como ressalta Julião (1992, p. 120) ao dizer que “essa desqualificação das classes populares e dos espaços que elas ocupavam, operada pelo discurso dominante, lograva despachá-las para os subterrâneos urbanos, desautorizando-as a integrarem social e politicamente a cidade”. E a outra, em forma de alternativas para essas práticas, pensadas e estruturadas com o intuito de enquadrar as atividades lícitas e permitidas para esse tempo. Dentre elas, Melo e Alves Júnior (2003) citam o esporte moderno como uma alternativa àquelas “barbáries”. Mascarenhas (2003, p. 17) vai além ao propor que:

“Diversas são as iniciativas que surgem tendo como foco de preocupação a melhor forma de lazer. Cogitam-se o espaço e o lugar ideal para sua prática, questionam-se as funções sociais que podem ser cumpridas e formulam-se políticas para o setor.”

A esse respeito Santos (2003, p. 158) expõe mais uma crítica ao dizer que “a vontade de ordem e moral, sob o patrocínio das elites, constroem protótipos do indivíduo que deve integrar a sociedade civilizada”, construindo “estereótipos que representarão pessoas, condutas e até mesmo classes marginais.”

Os estereótipos propostos por Santos vão além, passando por questões de classe e prestígio social, autorizando ou desautorizando pessoas ou grupos sociais e rotulando aqueles que seriam capazes de pertencer a essa sociedade, como propões Caldeira (2000, p. 303):

“as cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e poder.”

Ao mesmo tempo em que a urbanização transformava espacialmente a cidade, ela transformava também os modos de vida de seus habitantes ao regular sobre a circulação, ao organizar locais específicos para cada atividade, assim como as próprias atividades que, de agora em diante, seriam cabíveis a essa sociedade civilizada, ordenada e asséptica que se pretendia formar.

Esse fenômeno também pode ser percebido em Belo Horizonte, tanto que se refere às práticas adotadas como também à distribuição espacial de acordo com a classe social e a atividade política e econômica que os indivíduos desempenhavam, ou seja, seu papel e seus hábitos sociais, mensurado de acordo com as premissas desse modelo civilizado de sociedade. Contudo, dedicaremos mais a esse assunto nos tópicos seguintes.

## BELO HORIZONTE E A TRAMA ESPACIAL

À época da proclamação da República no Brasil, novos atores e novos valores estavam entrando em cena. Influenciada por valores positivistas, pela “ordem e progresso”, toma corpo a idéia de materializar este novo modelo político, econômico e social através da mudança da capital de Minas Gerais, já que Ouro Preto, sua antiga capital, representava um império decadente e ultrapassado. Os ideais da República transcendem o plano ideológico materializando no concreto, na construção de uma cidade símbolo, “um novo espaço geográfico para um novo tempo político-ideológico” (VILHENA, 2004: 154). “Um processo completo que engloba os planos material e simbólico”, enfatiza Magalhães e Andrade (1989:129).

O local escolhido foi o Curral Del Rei, uma cidade pequena, pacata e bela, que atendia a todos os requisitos de clima e salubridade, além do farto abastecimento de água e a localização central no estado. Sua população, de aproximadamente 2.500 habitantes, se distribuía na parte central do arraial, nas mediações do largo principal, o da matriz, e em sítios nos arredores.

Este povoado tinha hábitos pacatos e provincianos. Sua atividade econômica se sustentava da modesta atividade comercial e da produção agrícola dos sítios. As práticas sócio-culturais giravam em torno da atividade religiosa e suas festas, e dos bate-papos nas vendas, porta das casas e pelas vielas.

O tempo pacato e bucólico agora deveria dar lugar aos hábitos modernos e cosmopolitas. Sobre tais transformações relata em sua mensagem ao Conselho Deliberativo, o prefeito Bernardo Monteiro:

“as profundas reformas de caráter social e político operadas em nossa pátria nos últimos quinze anos do século passado, criando uma situação inteiramente nova, impuseram a eliminação de hábitos que ainda persistem e a implantação de novos processos que não foram ainda adaptados.” (grifo meu, 1900, p.8)

Se para a nova cidade se propunha “um centro de desenvolvimento econômico e intelectual, foco da civilização e progresso, moderno, higiênico e elegante” era de se esperar que uma população simples e de costumes caipiras não poderia fazer parte deste novo cenário que se inspirava. Assim “o pacato arraial foi varrido do mapa com todas as suas tradições [...]. Sua população, no início tão esperançosa de se beneficiar com a mudança, foi tocada para a periferia da capital.” (MAGALHÃES, 1997:331) Após as desapropriações, com indenizações irrisórias, apenas alguns conseguiram se manter na nova cidade.

Os novos e desejados habitantes eram essencialmente funcionários públicos, transferidos a contra gosto de Ouro Preto, efetivos da polícia e as elites emergentes do Estado. Além deles, uma massa de quase 7.000 operários, mais de 50% da população à época da inauguração, uma população que sequer fora pensada no planejamento da nova Capital.

Belo Horizonte foi planejada dividida em 3 áreas bem específicas: a urbana, a suburbana e a rural. A zona urbana milimetricamente planejada, contava com os mais modernos serviços urbanos como água encanada, esgoto, luz elétrica, serviços de bonde, além do fácil acesso das ruas e dos espaços de lazer, como expõe Julião (1992, p.80): “obviamente, um território elegante e acessível a poucos [...]. Ali as elites construía suas residências, faziam seus negócios, desfrutavam seu lazer.” Já a área suburbana, não agraciada com tanto conforto e beleza, possuía ruas com traçado irregular, sem serviço de saneamento, moradias precárias e nenhuma estrutura para o lazer.

O traçado da nova Capital do Estado revelaria o paradoxo do ideal republicano. Era o lado segregacionista de um sistema político que se propunha democrático, para todos. O que ficou mesmo foi a “ordem” para todos e o “progresso” para poucos. Quem não se revestisse desse pretense novo perfil não se mostrava preparado para viver este novo tempo, fora colocado literalmente à margem.

O sentido de ordenação e hierarquização eram tão presentes que tudo tinha o seu lugar previamente pensado e preparado de acordo com sua importância no novo modelo político, econômico e social, os poderes do Estado, as atividades comerciais, as pessoas, os espaços e as práticas culturais e de lazer daquele novo tempo.

O modo de vida cosmopolita proposto na modernidade veio confundir ainda mais este cenário de revolução sócio-econômico-cultural. Estas questões afetaram sobremaneira os hábitos das pessoas provocando mudanças bruscas no cotidiano das relações na virada do século.

## **ARTIFICIALIDADE E CULTO AO NOVO**

A cidade tão minuciosamente planejada e construída, em cima da demolição do arraial, tinha um forte apelo artificial. Fato que se refletia até no comportamento dos moradores. A artificialidade e o culto ao novo, tão disseminados neste período, provocavam na população uma busca e imitação de hábitos de grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, para não falar na Europa, cuja França era o seu principal expoente. Juliana Siqueira (1997), a respeito dessa imitação, comenta: “se os mineiros pretendem fazer de Belo Horizonte uma pequena Paris, começam a fazer de si mesmos um arremedo de parisienses. Nas roupas que usam, nas práticas sociais que adotam, na literatura que cultivam”. (p.91)

Os espaços e as práticas de lazer também foram previamente pensados como hábitos que deveriam ser incorporados ao novo modelo de sociedade e de cidadão que se pretendia formar. Um indício claro da organização de um novo *modus vivendi*, moderno e republicano. É o espaço geográfico conformando as práticas e os lugares sociais na nova Capital, reflexo do ordenamento excessivo imposto pela ideologia do projeto, tanto das pessoas, quanto das atividades. E para abrigar estas novas práticas foram pensados e construídos um grande parque, teatro, praças, zoológico, hipódromo, entre outros equipamentos.

Se antes, os hábitos de lazer ficavam confinados ao ambiente da casa, com saraus literários para declamação ou exposição de novas obras, concertos e bailes em casas de particulares, agora deviam se convergir para o espaço público da cidade. As práticas

provincianas comuns nos tempos do Arraial e de Ouro Preto deveriam ser substituídas pelo cosmopolitismo do estilo de vida moderno.

Isto pode ser percebido claramente nas atividades culturais da cidade como o teatro, o cinema, as festas, as agremiações esportivas e literárias além de práticas consideradas ilegais ou “impróprias” como o jogo e a frequência aos botequins pelas camadas populares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Posso dizer que é grande minha pretensão em “fazer história” sem, no entanto, ser uma historiadora. Mas para alguém que se projeta pelos caminhos da produção historiográfica, com a simplicidade de uma iniciante pesquisadora, é esta história que faz meus olhos brilharem. É um desafio: propor-me a pesquisar, com meu olhar, sobre algo que me é significativo. Buscar sentido naquilo que, para minha área de conhecimento, e para seu entendimento, é importante. É compreender-me, é envolver-me; enfim, é comprometer-me com a atitude de não deixar impensado o próprio pensamento. Valendo-me das considerações de Clarice Nunes (1996): “a importância da história para o educador é contribuir para que ele se mova no mundo como sujeito histórico e cidadão”. (p. 19)

A partir do momento que, na minha área, produzo questões que podem ser elucidadas à luz da história não posso me abster a este desafio. “Façamos história” então, contribuindo com nosso olhar, buscando captar a respeito dessa cidade e dos sujeitos e suas práticas culturais, entre elas, a práticas de lazer, que neste cenário, sugerem se configurar como processos educativos da população. As apropriações dessas práticas, todavia, parecem se dar de diferentes formas, tanto em conformação como em resistência..

Se são minhas estas questões tenho que me capacitar de meios para fazê-la, ainda que com tropeços, mas com coragem.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. *História, espaço e tempo: interações necessárias*. Varia História, vol. 22, n. 36. Belo Horizonte, 2006, p. 460 a 475.

HOLANDA, Frederico de. *Arquitetura como estruturação social*. In: GONZALES, Suely F. N.; HOLANDA, Frederico de; KOHLSDORF, Maria. E. (orgs.). *O espaço da cidade – contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985, p. 115 a 140.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1992. (Dissertação, Mestrado em Ciência Política)

MAGALHÃES, Beatriz de A.; ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989.

MAGALHÃES, Leonardo José. *Introdução ao estudo da atividade musical em Belo Horizonte*. Varia História, n.18, Belo Horizonte, Nov/1997, p. 327 a 346.

MARCELLINO, Nelson C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Hélder; LINHARES, Meily A. (orgs.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 65 a 93.

- MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática da liberdade*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- MELO, Victor A.; ALVES JUNIOR, Edmundo D. *Introdução ao lazer*. São Paulo: Manole, 2003.
- NUNES, Clarice. *Os desafios da pesquisa histórica*. In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 4, Coletânea...1996, Belo Horizonte, p.19 a 28.
- PESAVENTO, Sandra J. *História e história Cultural*. 2ª ed. Belo horizonte: Autêntica, 2005.
- PREFEITO Bernardo Monteiro. *Mensagem ao Conselho Deliberativo/ Setembro de 1900*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.
- RODRIGUES, Marilita. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, 2006. (Tese de doutorado em História)
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra*, 1943. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SIQUEIRA, Juliana Maria de. *Além das Palavras, além das Formas*. IN: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro et al. *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p. 71 a 106.
- VEIGA, Cynthia Greive. *Historiografia sem historiadores?* In: Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 4, Coletânea...1996, Belo Horizonte, p.50 a 55.
- VILHENA, Kellen Nogueira. *Parque Municipal de Belo Horizonte: um espaço de lazer na cidade moderna*. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 5, Coletânea...2004, Rio de Janeiro, p. 140 a 146.

**Endereço da autora:** Rua Sena Madureira, nº. 404/104. Bairro Ouro Preto. Belo Horizonte. MG. CEP: 31.340-000

**Endereço Eletrônico:** kellentutora@yahoo.com.br